



ARTÍCULO | ARTIGO

Fermentario N. 10, Vol. 2 (2016)

ISSN 1688 6151

Instituto de Educación, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación,
Universidad de la República. www.fhuce.edu.uy
Faculdade de Educação, UNICAMP. www.fe.unicamp.br

Educar por castigo ou prêmio?

Estudo das prescrições de escolas católicas para a formação do "bom aluno", vigilante e temente a Deus.

Raquel Quirino Piñas ¹

Katya Mitsuko Zuquim Braghini ²

Resumo

A existência do castigo e premiação mostra-se tão antiga quanto o processo de escolarização, e dessa maneira como parte da cultura escolar, é fenômeno histórico de longa duração. As escolas recompensaram ou castigaram seus alunos, independente do modelo pedagógico adotado, do grupo social ao qual se destinavam e da natureza do estabelecimento, ora buscando a disciplina e o

¹ Mestre em Educação, pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos Escola e seus Objetos (CNPQ). Documentalista do Memorial do Colégio Marista Arquidiocesano. O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de Mestrado, intitulada: Prêmio e Castigo no Colégio Arquidiocesano de São Paulo (1908-1963), sob orientação da Profa. Dra. Katya Braghini.

² Professora e pesquisadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos Escola e seus Objetos – NEO.

controle corporal, ora o desenvolvimento intelectual marcando os registros estéticos que educavam sujeitos. Este texto tem por objetivo analisar três normativas basilares de escolas confessionais católicas para compreender como tais documentos apresentam as práticas de prêmio e castigo na formação de valores orientados por preceitos cristãos. São os documentos: a *Ratio Studiorum* (1599) dos padres jesuítas; o *Guia da Escolas Cristãs* de João Batista de La Salle (1720); e o *Guia das Escolas Maristas* (1853).

Palavras-chave: castigos, cultura escolar, estética, prêmios

Educating through punishment or reward?

A study on the requirements of catholic schools for the formation of the “good student”, both vigilant and devout.

Abstract

The existence of punishment and reward is as old as the educational process, and this way, being part of school culture, is a long-lasting historic phenomenon. The schools rewarded or punished their students, regardless of the adopted pedagogical model, the social group to which it was destined, and the nature of the establishment, at times seeking discipline and corporal control, or at times intellectual development by noting down the aesthetic register that educated the individual. This text has the objective to analyse three basic norms of catholic confessional schools in a way to depict how such documents present the practice of reward and punishment in the formation of values guided by Christian precepts. The documents are: the *Ratio Studiorum* (1599) of the Jesuits priests; the Guide of Christian Schools of João Baptista de La Salle (1720); and the Guide of Marist Schools(1853).

Keywords: rewards, punishment, school culture, aesthetic

¿Educar por castigo o premio?

Estudio de las prescripciones de las escuelas católicas para la formación del “buen alumno”, vigilante y temedor a Dios.

Resumen

La existencia del castigo y premiación se muestra tan antigua como el proceso de la escolarización, y de esa manera como parte de la cultura escolar, es fenómeno histórico de larga duración. Las escuelas recompensaron o castigaron a sus alumnos, independiente del modelo pedagógico adoptado, del grupo social al que se destinaban y de la naturaleza del establecimiento, a veces buscando la disciplina corporal, otras veces el desarrollo intelectual marcando los registros estéticos que educaban sujetos. Este texto tiene como meta analizar tres normativas basillares de las escuelas religiosas católicas para presentar como tales, documentos demuestran las prácticas de premio y castigo en la formación de valores orientados por preceptos cristianos. Son los documentos: *Ratio Studiorum* (1599) de los padres jesuitas; *El Guía de la Escuela Cristina* de Juan Baptista de La Salle (1720), y el *Guía de las Escuelas Maristas* (1853)

Palabras-claves: premios, castigos, cultura escolar, estética.

A existência do *castigo, emulação e premiação* mostra-se tão antiga quanto a escola na modernidade, definida por Pineau (2008: 98) como instituição modeladora dos indivíduos, legitimadora de modelos sociais, implicada com a ideia de progresso, pensada como instância de repressão e de liberação de sujeitos que têm pertencer à sociedade. E dessa maneira, como parte da cultura escolar, é fenômeno histórico de longa duração interessante de ser estudado.

O tema prêmios e castigos está presente na historiografia da educação brasileira em diferentes abordagens. Os estudos de Dalcin (2005), Castanha (2009), Lemos (2012), Fin (2008) e Veiga (2009) apontam alterações na legislação das províncias brasileiras, ao longo do século XIX, condenando as punições corporais a favor de estratégias de cunho moral, entre as quais, o uso das premiações. As pesquisas de Souza (1998), Cabral (2002), Candido (2007) e Silva (2009) apresentam outra dimensão sobre os prêmios, são apresentados

como parte dos rituais escolares, que contribuíram para o aprendizado e legitimação dos valores da escola republicana.

Os trabalhos de Dallabrida (2001), Tridapalli (2006), Isau (1999) e Borges (2008) descrevem os sistemas de recompensas e punições como traço da cultura escolar de instituições confessionais católicas no início do século XX. Contudo, percebe-se uma ampla utilização de prêmios e castigos em diferentes modelos pedagógicos e períodos. Entre as décadas de 1920 e 1960 foram constantes as críticas do campo educacional e a proibição pelas prescrições legais. Contudo, Lima (1999), Souza (2006) e Lorensen (2012) mostram que tais críticas não foram suficientes para o abandono dessas práticas.

Essas pesquisas entendem prêmios e castigos escolares principalmente como estratégias disciplinares, moldando condutas, corpos e mentalidades, conforme apontado por Foucault (2002). As escolas católicas, dedicadas em princípio à educação catequética e doutrinadora, foram hábeis em distribuir modelos de constituição do tempo e espaço de ensino, produzir diretivas escolares e apresentar a figura do religioso-professor, tendo por objetivo a formação de um *habitus* cristão que fosse constituído a partir de experiências vivenciadas na escola (Julia, 2001: 13-28).

As escolas recompensaram ou castigaram seus alunos, independente do modelo pedagógico adotado, do grupo social ao qual se destinavam e da natureza do estabelecimento. Apresentam diferenças de acordo com a filosofia da escola, mas têm um eixo em comum, fazem parte da cultura escolar: visam a disciplina e o controle corporal, o desenvolvimento intelectual, marcam os registros estéticos que surgem neste histórico, e que são apresentados com variadas disposições (Piñas, 2014: 8). Entretanto, é importante lembrar que tais ações também são práticas pedagógicas que serve à definição do que Viñao Frago (2008) entende por cultura escolar, ou seja, práticas que se dão por assentadas no cotidiano das escolas, “que não se questionam e cuja existência às vezes nem sequer se repara” (Viñao Frago, 2008: 20).

Busca-se com este texto, o entendimento de como prêmios e castigos, foram pensados para o funcionamento de instituições confessionais católicas de ensino como “práticas pedagógicas” que visam demarcar os bons e maus

alunos. Percebe-se que as tais ações, criam decorrências estéticas que balizam a luta de representações entre o “ser ou não ser” um bom católico. A análise das prescrições e a observação dos critérios implicados às regras de punição e prêmio apresentam o que seria socialmente válido e importante como regra de vida em tais escolas; estão gravados na classificação e hierarquização de ações e exercícios, compreendidos como demarcadores de boas ou más condutas; deixa à vista os comportamentos e emoções válidas para que um aluno seja membro legitimado de tal comunidade; especificam o que deveria ser feito, dito, repellido e/ou absorvido como itens constitutivos de suas subjetividades.

Pensar essas práticas como parte da cultura escolar significa considerar as tensões e conflitos que envolveram a concretização dessas estratégias no interior da escola e analisá-las como elementos importantes para a constituição de sensibilidades percebidas nos efeitos estéticos que são resultantes desse cenário político. Representações de bons e maus alunos são constituídas e descritas e diferentes documentos prescritivos e fundamentais na história de distintas instituições confessionais católicas de ensino. Essas vivências escolares estão demarcadas em documentos basilares da educação católica e que são aqui apresentados por meio da análise das seguintes categorias: castigos, prêmios, emulações.

O ato de castigar envolve um conjunto amplo de ações distintas, uma violência que se constitui em camadas: o suplício da carne, a posição aflitiva, o confinamento, a humilhação pública e a exclusão do grupo (Piñas, 2014: 85). O prêmio foi associado ao mérito, homenagem merecida, e pública, para aqueles que excederam aos demais em sua capacidade e desempenho. A exaltação das vitórias obtidas pelos estudantes construiu a premissa de vencedor e modelo de aluno ideal (Piñas, 2014: 121). Já a emulação foi introduzida no ambiente escolar e justificadas como inerente ao homem, legitimando assim a concorrência e a disposição a rivalidade de modo a criar o jogo que organiza a formação de alunos entre prêmios e castigos. Ao definir os vencedores, determinou os perdedores, categorizando os alunos como melhores e piores (Piñas, 2014: 45).

Os três documentos tidos como fundamentais, enquanto fontes para uma história da educação católica, normatizaram a educação em estabelecimentos com esse credo, e foram elaborados “de dentro para fora”, ou seja, constituídos a partir das experiências postas em prática por religiosos-professores com seus alunos da forma como Julia (2001: 20). Tais normativas expressam uma parte significativa de uma tradição da educação católica, pois, como documentos, são regulamentos seminais que instituem preceitos gerais, globalizadores, do que seria uma educação proeminentemente católica em distintos estabelecimentos e tempos.

As normativas escolhidas apresentam uma história dos castigos, prêmios e emulações, diante das quais será feita uma análise, tentando apreender as mudanças e permanências que estão demarcadas, no plano das prescrições, no funcionamento das três diferentes instituições ao longo da história. São os documentos escolhidos:

A *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* (1599)³ documento formulado para garantir uniformidade no currículo, objetivos e métodos de estudo e trabalho mediante a expansão dos colégios da Companhia de Jesus (Sousa, 2003: 10) dedicados à educação dos filhos de famílias abastadas (Varela e Alvarez-Uria, 1991:17). Para a análise foram classificados os itens referentes ao que significava premiar ou castigar alunos dentro das regras de conduta da missão educacional jesuítica.

O Guia das Escolas Cristãs⁴ de João Batista de La Salle, com o título original de *Conduite des Écoles Chrétiennes*, foi escrita em 1706, a partir dos manuscritos dos irmãos datados de 1691 e 1694. A publicação acontece em 1720, após a inclusão da introdução e prefácio que circulavam entre os educadores do Instituto das Escolas Cristãs no início de 1700. Esta obra, dividida em três partes, está voltada especificamente para a organização e o funcionamento das escolas, apresentando os procedimentos dos educadores e

³ Para esse estudo foi utilizada a tradução para o espanhol. Disponível em: http://www.cerpe.org.ve/tl_files/Cerpe/contenido/documentos/Identidad%20Ignaciana%20-%20Modulo%20del%20DGS/PARTE_2_APOYO_2_RATIO_documento_oficial_1599.pdf

Como complemento foi consultada a tradução para o português comentada pelo Padre Leonel Franca, de 1952. Isso colaborou na identificação dos castigos, prêmios e estratégias de emulação no século XVI, e na compreensão sobre como o pensamento católico as concebia nos anos 1950 do século XX.

⁴ Para a análise foram selecionados os capítulos 14º e 15º da obra, que correspondem, respectivamente, as recompensas e os castigos.

dos alunos. Para a análise foram selecionados os capítulos 14^o e 15^o da obra, que correspondem, respectivamente, as recompensas e os castigos.

No Guia das Escolas Maristas⁵, elaborado originalmente em 1853, com o título *Guide des Écoles*, apresenta as diretrizes para o funcionamento das casas de educação sob cuidado do Instituto dos Irmãos Maristas⁶. A obra é composta por três partes, tendo a leitura se concentrado na parte 1, “Organização e disciplina na escola”, e na parte 3, “Ensino primário”, onde estão detalhadas as formas de castigar, emular e premiar.

Justifica-se a escolha dessas normas também pela aproximação das ideias que as caracterizam e que estão registrados em tais códigos historicamente. Escolas Lassalistas e Maristas levaram em conta as determinações da *Ratio Studiorum*. Percebe-se uma clivagem de normas, acontecida entre a *Ratio (1599)* e o Guia das Escolas Maristas (1853) identificada nas práticas disciplinares impostas sobre o corpo dos alunos e nas relações de poder implícitas em suas formações (Dallabrida, 2001: 149-151). Também existe a relação direta entre a *Conduite des Écoles Chretiennes*, e o Guia das Escolas Maristas. A *Conduite* foi adotada nos estabelecimentos dos Irmãos Maristas nos primeiros 35 anos de funcionamento (Assis, 2013: 90), sendo posteriormente, substituídas pelas normas elaboradas pelo Instituto.

Por conta dessa relação histórica, percebida na organização de normas escolares a partir do surgimento da *Ratio Studiorum*, prescrições essas que, ora se coincidem, ora se contrapõem, ora são ressignificadas, apresentamos como castigos, prêmios e emulações instituem fórmulas estéticas para a educação do aluno católico.

Os três textos voltam-se para a educação e formação do gênero masculino, em concordância com a ideia de domínio da “vontade” e “virtude”.

⁵ O título original da obra é “Guide des Écoles”. Para esse estudo foi utilizado o texto intitulado “Guia das Escolas para o uso dos Pequenos Irmãos de Maria Redigido segundo as regras e as instruções do Senhor Padre Champagnat Fundador deste Instituto” ao qual é atribuído a data de 1853, essa tradução foi publicada como anexo 2 do 2º Capítulo Geral do Instituto dos Irmãos Maristas em 1994. Com complemento foi consultada também a edição de 2009.

⁶ Conhecido também como *Les Petit Marie Frater* (os pequenos irmãos de Maria) a congregação dos Irmãos Maristas inicia sua atuação educacional no ano de 1817 em La Valla, na França. A rápida expansão da congregação faz com que a atuação no Brasil tenha início em 1897 no Colégio e Externato Bom Jesus, em Congonhas do Campo (MG). A congregação transfere-se para São Paulo no ano de 1899, quando assume a direção do Colégio Nossa Senhora do Carmo, e nos anos seguintes do Colégio Nossa Senhora da Glória (1905) e Colégio Arquidiocesano de São Paulo (1908).

No caso dos jesuítas (século XVI), a ideia de formar varões, “torná-los mais homens”. No caso dos Maristas (século XIX), preocupação recai sobre a formação de meninos no sentido de formar os “virtuosos cidadãos”. No texto há uma menção a ação da *Conduite* em relação às meninas, ainda que a normativa também se apresente como organizador da educação de meninos.

A *Ratio Studiorum*: educação para “tornar mais homem”⁷

A Companhia de Jesus inicia sua atuação educacional em 1548 com a fundação do Colégio de Messina. Os jesuítas surgem como reação ao movimento reformista protestante do século XVI que resultou na perda do prestígio secular e de bens pela Igreja Católica (Negrão, 2000: 1). As necessidades informacionais e culturais apontadas pela burguesia e camadas urbanas, desencadeadas pelo movimento humanista, estimularam a abertura de colégios pelos jesuítas (Sousa, 2003: 2).

A *Ratio Studiorum* deriva de três textos jesuítas: “As constituições do Colégio de Messina” (1548), “Disposição e ordem para os estudos Gerais” (1552) e “Regras para os estudos dos Colégios” (1553), aos quais foram inseridos regulamentos, ordenações e relatórios, transformando em código mais de 40 anos de experiência dos padres (Sousa, 2003:10). Segundo Julia (2001: 20) uma das razões para a lenta redação do texto da *Ratio Studiorum*, foi a intenção de elaborar uma norma que não se estabelece de cima para baixo, mas, próxima das experiências vivenciadas no ensino. Preocupação que torna essa fonte expressivamente adequada ao entendimento de uma cultura escolar.

A *Ratio Studiorum* apresenta prescrições sobre premiações e castigos escolares. Os jesuítas, associados a celebre frase “*A letra com sangue entra*” (Franca, 1952: 60), foram reconhecidos pelas normatizações de castigos corporais. A dor é penalidade imposta à conduta ultrajante, mas também ao aprendizado insuficiente (Franca, 1952: 60).

A falha do aluno estava expressada na *Ratio* e perpassam desde o comportamento em relação às rotinas (aulas, frequência nas missas, proibição

⁷ Lema da *Ratio Studiorum* segundo Hilsdorf e Vidal (2000: 34)

do uso de armas, ter obediência aos professores etc.) ou proibições explícitas como se “abster – de juramentos, insultos, injurias, detrações, mentiras, jogos proibidos, lugares perniciosos, que possam ofender a honestidade dos costumes”; ler livros “perniciosos e inúteis”; ir ao teatro e espetáculos ou “assistir a execuções de condenados sem a autorização do professor” (Ratio, 1999: 108-109).

Em outras recomendações pontua-se que o professor não deveria ser precipitado ao castigar ou inquirir o aluno e nunca utilizar palavras ofensivas (Ratio, 1999: 77). E caso o dano fosse grande, os golpes deveriam ser substituídos por uma tarefa intelectual como decorar um texto literário.

A *Ratio* é a primeira normativa escolar a descrever o ato de premiar alunos distintos e as diferentes modalidades de disputa como meios de ampliar conhecimento e incentivar a formação intelectual. Para Varela e Alvarez-Uria (1991: 33) a emulação e a valorização do mérito individual nos colégios jesuíticos indicam o surgimento de uma cultura escolar em ruptura com as formas de aprendizado operadas antes da modernidade.

As disputas eram realizadas entre alunos, mas também entre professores, com frequência semanal e mensal, como forma de ampliar conhecimentos e incentivar a formação intelectual (Ratio, 1999: 33). Os participantes eram divididos em equipes de acordo com uma lógica militar, sendo os postos de honra conquistados por merecimento.⁸ Os torneios envolviam as declamações mensais (exercícios para os retóricos e humanistas), os desafios das aulas (debates segundo um método de discussão), e a presença de Academias (aprofundamento dos conhecimentos literários) (Ratio, 1999: 61). A prosa latina era a mais apreciada, constando em quatro categorias de premiação.⁹

As preocupações evangelizadoras dos jesuítas estão presentes na modalidade dedicada ao aprendizado da doutrina cristã. Esses prêmios eram

⁸ Para a competição os alunos eram organizados em grupos: cartagineses X romanos, gregos X romanos, mereciam destaque aqueles que estavam constantemente alertas e empenhados (Ratio, 1999: 76).

⁹ Para retórica oito prêmios: dois para prosa latina, dois para poesia, dois para prosa grega, e dois para poesia. Para a classe de Humanidades e primeira classe de Gramática haverá seis prêmios, na mesma ordem, omitindo-se poesia grega que, de regra não ocorre abaixo da Retórica. Para classes inferiores quatro prêmios, omitindo-se também poesia latina. Além disso dê-se também, em todas as classes, um prêmio ao aluno ou aos dois alunos que melhor houverem aprendido a doutrina cristã. Conforme o número, grande ou pequeno, dos estudantes, poderão distribuir-se mais ou menos prêmios, contanto que se considere sempre mais importante o de prosa latina (Ratio, 1999:66).

divididos nas categorias: público, definido pelos exames escritos; e particular, determinado pelas situações dignas de honra ocorridas durante as aulas, como por exemplo, vencer um adversário, decorar um ponto ou realizar um grande esforço (Ratio, 1999: 61). A *Ratio Studiorum* prescrevia que as premiações poderiam ser oferecidas anualmente, variando conforme a possibilidade do colégio, e fossem entregues em festivas solenidades na presença de autoridade e familiares dos alunos (Ratio, 1999: 67-68). Como símbolo de distinção o aluno receberia uma palma, representando a imortalidade atribuída aos vitoriosos e mártires.¹⁰ Esse momento de celebração dos meritórios era um ato para a legitimação e reconhecimento social da emulação e distinção que se operavam no interior da escola.

A emulação relaciona-se também diretamente ao castigo. No caso das determinações da *Ratio* os alunos ocupavam postos de acordo com uma rígida hierarquia. A nomeação do *ensor* baseava-se nos bons resultados em exames promovidos mensalmente e bimestralmente.¹¹ Esses alunos com “mérito” eram responsáveis pela vigilância e até a aplicação de pequenas reprimendas sobre os demais (Ratio, 1999: 62). Mantendo a ordem e a disciplina, afastando ainda mais os professores jesuítas, dos dispositivos de punição.

O Guia das Escolas Cristãs de Jean Batista de La Salle: “É preciso que vossos exemplos instruem vossos alunos muito mais que vossas palavras”¹²

A obra educacional de João Batista de La Salle surge no ano de 1680, na França. A oficialização dentro da Igreja Católica, dois anos depois, deu origem a Sociedade dos Irmãos das Escolas Cristãs (Corsatto, 2007: 30). Os Lassalista iniciam sua atuação durante o reinado de Luis XIV(1643-1715), que demonstrou predileção pela educação cristã, como maneira de recuperar a

¹⁰ Utiliza-se em representações a palma de tâmara. As antigas civilizações já faziam uso desse símbolo. O deus Assur dos mesopotâmicos era representado com coroa de palma, e os egípcios colocavam ramos de palma nos sarcófagos. A simbologia judaico-cristã deriva do livro dos Salmos (91, 13) “O justo florescerá como a palma”. Na tradição cristã Jesus ao regressar a Jerusalém é acolhido e saudado com ramos de palma, que passa a representar com frequência a “palma da vitória” do mártir e a palma verdejante do paraíso. Por seu tronco fino que sustenta uma coroa exuberante é associada à ascensão, vitória e ao renascimento. A lenda de que a palma cresce sob um peso que lhe é imposto, remete ao fortalecimento através das dificuldades (Biedermann, 1993: 278).

¹¹ Inspirado no modelo político romano, o aluno vigilante de seus colegas, denominado *ensor* poderia também ser chamado de *decurião* ou *pretor*.

¹² Frase creditada a João Batista de La Salle. <http://www.lasalle.org.br/toledo/print.php?tipo=p&id=105>

unidade nacional, abalada pelos conflitos internacionais empreendidos pela nação.

As primeiras escolas lassalistas eram direcionadas aos filhos dos artesãos e outras crianças pobres, e tinham o funcionamento custeado por doações feitas a Igreja (Corsatto, 2007: 21-23).

As recompensas determinadas pelo Guia das Escolas Cristãs eram oferecidas aos alunos que melhor cumprissem seus deveres e inspirassem nos colegas os mesmos gestos, definidas em grau importância: 1º por piedade, 2º por assiduidade e 3º por capacidade. Os prêmios ofertados também respondem a uma hierarquia de relevância: 1º: livros sobre virtudes cristãs e vidas dos santos. 2º: estampas religiosas e imagens de gesso. 3º: sentenças piedosas em papel (La Salle, 1997:147-148).¹³

A detalhada descrição em torno das práticas punitivas é justificada no início do capítulo, por serem elas ações de maior importância nas escolas. Para isso era necessário castigar unindo suavidade e firmeza e inspirando-se no exemplo dos santos (La Salle, 1997:149). O capítulo sobre castigos prescritos no Guia das Escolas Cristãs está dividido em nove artigos, contemplando os seguintes temas: as diferentes classes; a frequência e de como evitá-lo; as condições dos corretores; os defeitos a serem evitados pelos corretores; quem deve aplicá-los; quais meninos devem ser corrigidos e os que não devem; o que se deve fazer em todas as correções; lugar e tempo de aplicação e as penitências.

As diferentes punições eram definidas de acordo com a falta cometida e aplicadas com: palavras; castigos; palmatórias; varas; chicotes e expulsão. A palmatória seria utilizada nos seguintes casos: não ter feito a lição, ter feito barulho, chegar atrasado, não ter obedecido ao primeiro sinal. O uso da vara e do chicote destinava-se àqueles: que não obedecem com presteza; costumam não fazer a lição; ficam rabiscando a folha em vez de escrever; que brigam na rua ou na escola; não rezam na igreja; não guardam a modéstia na missa;

¹³ Em categorias extraordinárias, como nos prêmios semanais e mensais, imagens de santos e sentenças seriam distribuídas aqueles que mais se destacavam no catecismo e nas orações. Uma vez por mês seria premiada a classe que por piedade, modéstia, assiduidade e aproveitamento se sobressaísse. Prêmio, por capacidade, acontecia uma vez por mês, ao aluno (La Salle, 1997:148-149).

ausentam-se da missa ou do catecismo. A expulsão seria o último castigo, a retirada dos “incurrigíveis” da instituição (La Salle, 1997:152-156).

A preocupação com os preceitos religiosos é explícita. Os comportamentos passíveis de penalidades mais rigorosas, açoites com varas e chicotes, são os que ofenderiam a fé e rituais católicos. Também são punidos os “vícios imperdoáveis”, considerando como erros mais graves: a mentira, as brigas, o roubo, a impureza e a falta de modéstia na igreja. A falta decorre do que se concebe por pecado, visto que foram estabelecidas normas a partir das orientações dos 10 mandamentos, considerado pelo catolicismo como deveres essenciais dos homens para com Deus, o próximo e a Igreja.¹⁴

O Guia das Escolas Cristãs ao relacionar o erro à ideia de pecado, afirmava sua missão de formar os alunos na virtude: ensinamentos de Jesus, exemplos dos santos e mártires. Dessa maneira o castigo se reveste de áurea sacra, devendo o aluno recebê-lo e aceitá-lo como proveniente do desejo de Deus, recendo com ardor a correção que irá receber (La Salle, 1997:172).

Seguindo essa lógica religiosa a penitência também foi considerada um instrumento de correção benéfico pelos primeiros lassalistas. Não deixava as marcas de açoitamento, que às vezes eram criticadas pelas famílias. Todavia, utilizavam-se táticas que misturavam punições físicas, humilhações e exercícios mentais: ficar um longo tempo de joelhos, permanecer muito tempo em pé, decorar páginas de um livro, entre outros (La Salle, 1997: 175-181).

¹⁴ Para a religião católica os mandamentos são: 1º - Amar a Deus sobre todas as coisas; 2º - Não usar o santo nome de Deus em vão; 3º - Guardar o domingo e dias santos; 4º - Honrar pai e mãe; 5º - Não matar; 6º - Guardar castidade nas palavras e nas obras; 7º - Não roubar; 8º - Não levantar falsos testemunhos; 9º - Guardar castidade nos pensamentos e nos desejos; 10º - Não cobiçar as coisas do próximo.



Figura 1. “École Chrétienne à Versailles” (Escola Cristã de Versalhes), 1839.

Fonte: Centre National de Documentation Pédagogique - Musée National de l'Éducation de Rouen.

A imagem (figura 1) apresenta um exemplo de punição moral de uma escola lassalista, no caso, feminina.¹⁵ No centro da cena uma aluna é castigada de joelhos e carrega uma faixa presa à cabeça com uma inscrição, “o signo” cuja leitura não é possível, mas que remete a uma ofensa ou descrição da falta cometida. O livro em suas mãos expede a orientação sobre como punir sem causar prejuízos às atividades escolares. No canto esquerdo uma religiosa dialoga com um pai acompanhado pela filha, sugerindo a concordância entre professor e família quanto ao uso desse recurso disciplinar. A decoração do espaço, tomadas por imagens religiosas, relembra a vigilância constante de Deus pelos atos cometidos e faz alusão ao exemplo a ser seguido, à santificação pelo sofrimento. A aluna parece aceitar a correção com resignação, enquanto as colegas realizam suas tarefas sem lhe dirigir o olhar, manifestando a regulação em prática.

Neste caso, o ato de punir apresenta-se dentro de possibilidades diferentes do castigo físico. A punição moral ocorre de acordo com um conjunto

¹⁵ O imaginário coletivo sobre o que é escola é também constituído por representações visuais, que extrapolam seu tempo e espaço, cristalizando mentalidades. Um postal do *Centre National de Documentation Pédagogique - Musée National de l'Éducation de Rouen*, com cena de castigo é analisado a partir das normativas documentadas. (Viñao Frago, 1995: 70) nos recorda que a análise histórica das formas de organização escolar, da posição das pessoas nos espaços e a disposição dos objetos, são reveladores do sistema de ensino e ou método utilizado.

de regras previamente determinadas, o que atribuiria neutralidade ao educador, naturalidade em sua aplicação e preservação da ordem e serenidade no ambiente escolar.

Guia das Escolas Maristas: Bons cristãos e virtuosos cidadãos¹⁶

A história desta congregação religiosa, fundada pelo padre Marcelino José Bento Champagnat, tem início na França, no ano de 1817. Uma época marcada pelos movimentos de restauração monárquica do século XIX, no qual, ordens religiosas foram criadas ou restabelecidas, concentraram sua atuação na reorganização da esfacelada educação francesa (Assis, 2013: 88)

Nas palavras do padre Champagnat, percebemos a quem se destinava a obra educacional e a influência recebida dos lassalistas: “... *senti a urgente necessidade de fundar uma Sociedade que pudesse com poucos gastos proporcionar às zonas rurais o ensino que os Irmãos das Escolas Cristãs ministravam nas cidades*” (Missão, 2000: 97).

O Guia das Escolas Maristas diverge no método da *Conduite*, uma vez que o texto lassalista, elaborado em meados do século XVIII, não atendia plenamente as necessidades educacionais pós-revolução (Assis, 2013: 89-90). A elaboração de um guia próprio, agregando a experiência escolar das primeiras décadas de atuação, expressava também a rápida expansão do Instituto Marista, com necessidade de normatizar regras de conduta, oferecer rápida formação aos Irmãos professores, e uniformizar escolas em estrutura e método de ensino (Assis, 2013: 90).

A preocupação em manter as crianças assíduas à escola, obedientes a seus mestres, e empenhadas em suas atividades e deveres, estavam além do esforço pela formação intelectual, eram maneiras de difundir a missão Marista, congregação católica fundada com o “carisma” exclusivamente voltado à Educação.¹⁷

¹⁶ Lema creditado a Marcelino José Bento Champagnat, fundador do Instituto dos Irmãos Maristas. <http://principiaedu.com.br/component/content/category/84-instituicoes>

¹⁷ As escolas dos Irmãos Maristas, fundada por Marcelino Champagnat são todas elas amparada por um princípio disciplinar que está ancorado em uma possível lenda. Conta-se que ele aboliu o castigo corporal na instituição quando, na juventude, presenciou e se opôs a um professor hostil que batia em alunos (Furet, 1999: 5). Tal episódio contado na obra *Vida de Marcelino José Bento Champagnat* (1856) recorda que o incidente foi muitas vezes narrado pelo próprio fundador da congregação. Apresenta-se como uma espécie de alerta inaugurador da missão educacional: “*as correções intempestivas podem afastar as*

O capítulo XI aponta a disciplina como qualidade essencial para a educação; “alma de uma casa de educação” de modo que “ordena, regula e ilumina dos caminhos a seguir” (Guia das Escolas, 1994: 181). Contudo, a disciplina não é a única condição para o domínio da vontade, visto que esta é tratada como a virtude que ama a regra e se sujeita espontaneamente ao cumprimento do dever (Guia das Escolas Maristas, 1994: 198-199). A disciplina é atribuída às funções de manter, prevenir e reprimir. A aplicação do regulamento garante a uniformidade do conjunto das formas de controle e também de ensino, já que são normas pedagógicas.

A vigilância é apresentada como um dos pilares para a educação, condição para manutenção da ordem, e evitar as transgressões que maculam a inocência dos meninos. Por isso deve ser constante nos diversos espaços escolares como salas de aula, corredores, pátios, capela e sanitários. Estender-se para as relações pessoais, evitando o excesso de familiaridade e amizade perigosas entre alunos. E, quando possível, ultrapassar os limites físicos da escola, como no retorno da casa, caminho no qual “os meninos se pervertem e aprendem o mal” (Guia das Escolas Maristas, 1994: 184).

A correção é obrigação dos encarregados da educação da criança, uma vez que a falta é considerada aspecto inerente da personalidade humana que precisa ser eliminado. Negligenciar a correção significa uma grave omissão, ser conveniente com a falta é promover o pecado. (Guia das Escolas Maristas, 1994: 185).

Atrelado à preocupação de vigilância o *Guia* orientava o mestre a também recompensar os alunos mais notáveis com cargos de grande confiança e distinção, como por exemplo, as funções de sineiro, monitor, recitador de orações, repetidores, varredores e porteiros. A nomeação desses “oficiais da escola” auxiliaria na manutenção da ordem. Mas igualmente, visava à liberação do docente, transferindo parte da função de vigilância aos próprios estudantes (Guia das Escolas Maristas, 1994: 168).

O castigo operado na escola é legitimado como um prolongamento do poder temporal e espiritual da Igreja (Guia das Escolas Maristas, 1994: 191).

crianças da escola, indispô-las contra os professores e leva-las a detestar as lições” (Furet, 1999: 5). Ainda se guarda muito dessa ordem nas escolas Maristas, embora se saiba que as punições corporais não deixaram de existir na congregação naquele período.

De acordo com o Guia das Escolas Maristas antes da aplicação dos castigos o mestre deveria realizar a correção por palavras.¹⁸ Na terceira parte do Guia, dedicada ao ensino primário, são detalhados um extenso rol de maneiras de emular os alunos com o objetivo de fazê-los: primarem pela conduta, cumprirem seu dever, estimulá-los ao trabalho, mantê-los em estado de alerta e em constante estudo. Para distinguir os alunos laureados eram definidas premiações.

No capítulo IX, a emulação é justificada como fator de progresso, uma vez que os meninos são preguiçosos, inconstantes e acomodados, necessitando de estímulos para dedicarem-se às atividades, nas quais apresentam dificuldades ou são desagradáveis, uma vez que ainda não compreendem os benefícios da educação (Guia das Escolas Maristas, 1994: 285).¹⁹

O Capítulo X, *Sobre as recompensas*, argumenta a favor dos bons efeitos obtidos pelas mais singelas expressões de reconhecimento. O Guia das Escolas Maristas defende que o estudo em si não apresenta um atrativo natural para as crianças, ainda inconscientes dos benefícios da instrução, dessa forma os prêmios convertem as lições e deveres em atividades lúdicas (Guia das Escolas Maristas, 1994: 292).²⁰

Os prêmios eram atribuídos aos meninos por sua assiduidade, aplicação (desempenho nos estudos, mensurável pelos bons-pontos em lições e tarefas escolares), bom procedimento (relaciona-se à conduta, ter obtido bons-pontos em piedade, silêncio e comportamento) e dedicação às tarefas. Estas qualidades formavam o que a pedagogia Marista concebia como perfil do aluno ideal.

Considerações finais: Escolas confessionais católicas entre prêmios e castigos

¹⁸ 1º Sob a forma de advertência, com conselho ou admoestação em particular ou pública. 2º Por repressão, censurando o mau comportamento e expressando sua insatisfação. 3º Com ameaças de punição caso reincida na falta.

¹⁹ Como forma de colher vantagens dessa estratégia podiam ser empreendidas: 1º) as promoções nas lições e os lugares de honra (expresso no empenho nos deveres) 2º) os exames e os concursos (avaliação dos conteúdos escolares no qual se definem pontos de premiação e classificação dos alunos de acordo com notas); 3º) as batalhas e os dois campos (competição entre alunos da mesma classe) ;4º) recompensas. Para mais detalhes sobre as estratégias emulatórias e as premiações prescritas pelo Guia Marista das Escolas consultar (Piñas, 2014: 38-42).

²⁰ Os prêmios oferecidos pela escola seriam: “1º Pontos de premiação e bilhetes de resgate; 2º menções de honra ao mérito; 3º objetos de piedade, como santinhos, medalhas, terços, livros, etc. Para meninos indigentes, poder-se-á dar roupas ou material escolar” (Guia das Escolas Maristas, 1994: 292).

Esses grupos buscaram o reconhecimento de suas respectivas escolas como centros difusores de qualidades morais estáveis, que deveriam ser o parâmetro de conduta de todos os sujeitos, dentro de processos de escolarização conhecidos como “missões evangelizadoras”.

Temporalmente a *Ratio Studiorum* e o Guia das Escolas Cristãs foram publicados no contexto do Antigo Regime, período no qual as formas de punição estavam associadas ao suplício. Nos estabelecimentos dirigidos pelos padres jesuítas nota-se uma expressiva mudança de relação entre professor e aluno no momento que a intimidação drástica é substituída por métodos mais dóceis e individualizados que visavam transformar os alunos em cavalheiros católicos perfeitos (Varela e Alvarez-Uria, 1991:32).

Segundo Julia (2001:13-28) os estabelecimentos dos Irmãos das Escolas Cristãs, dedicadas à educação das classes marginalizadas, foram um dos modelos de constituição do espaço, das diretivas escolares e da figura do irmão-professor. Podemos interpretar essas determinações tão específicas sobre castigo no Guia das Escolas Cristãs, como indício de uma atenção especial com as ações punitivas, que resultou em prescrições sofisticadas em comparação com a emulação e exaltação do mérito nas escolas lassalistas no início do século XVIII.

O que podemos afirmar é que a *Ratio Studiorum* (1599) e o Guia das Escolas Cristãs (1720), utilizam-se dos castigos e recompensas escolares como dispositivos disciplinares, manejados para a adequação de condutas e comportamentos dos indivíduos aos valores católicos. As determinações especificam o castigo, no Guia das Escolas Cristãs, como indício de uma atenção especial com as ações punitivas. Pelas regras, os castigos corporais podiam ser evitados, mas eram aceitos como organizadores categóricos das condutas. As punições morais decorrem da ideia de penitência, uma vez que o erro é associado ao pecado. Nos colégios lassalistas a fé e os rituais católicos são zelados com punições extremas.

No decorrer do século XIX, do movimento de restauração do catolicismo emergiram novas congregações religiosas pautadas por discursos pedagógicos com fortes princípios disciplinares ligados à amenização dos castigos corporais, como o caso dos Salesianos e seu “sistema preventivo”, e dos

Irmãos Maristas com o Guia das Escolas (Dallabrida, 2001: 151). No Guia Marista nota-se uma preocupação sobre o domínio da vontade, a necessidade de interiorização das posturas e conhecimentos, em vez da aplicação por força externa.

Isso não significa que os castigos desapareceram, mas que foram deslocados para o lado obscuro do currículo, pois da palmatória disciplinadora e outras aflições de dor imediata e evidente, foi-se à desonra do faltoso, perante à dignidade dos prêmios dados aos bons alunos.

Como alternativa surgiram práticas que buscavam honrar as atividades bem feitas, ligadas aos saberes escolares reconhecidos, em cada caso. Parte do mérito era entregue sob a forma de “ocupações”, sendo que a principal delas era posicionar-se como sentinela diante de colegas que não agiam de acordo com os preceitos. A *Ratio* e o Guia Marista orientam recompensar os alunos de destaque com a função de vigilância dos demais, estabelecendo assim relações de hierarquia entre os estudantes.

Assim os censores, alunos monitores, nos colégios jesuíticos e maristas, exerceriam o controle disciplinar que, por ser mérito posto na regra, aparentavam um aspecto de imparcialidade à aplicação dos castigos e prêmios. Mas, que representava, no plano escolar, a organização e a vigilância dos agrupamentos a partir de práticas que valorizavam a acusação entre colegas, como uma ação importante do ensino religioso. Os alunos eram recompensados.

As estratégias emulatórias e categorias de prêmios indicadas pela *Ratio* foram incorporadas pelo Guia de Escolas Maristas com expressiva similaridade. Em relação à *Conduite*, o Guia de Escolas Maristas, conferiu incentivo ao uso da emulação e recompensas, e diminuiu significativamente os atos punitivos, principalmente os centrados no corpo. Percebe-se, nos três textos, a orientação para a entrega simbólica de objetos como concretização dos prêmios, dotando a escola de certas materialidades pedagógicas que passaram a simbolizar o padrão de aluno que deveria ser exaltado como exemplos para todos os demais.

A normativa Marista, como texto elaborado por uma congregação católica francesa, fortemente inspirada na missão de La Salle, partilhou da

preocupação com a valorização das virtudes cristãs acima da ciência, e a formação de uma personalidade submissa às instituições e hierarquias, reforçando também a educação como instrumento de propagação da fé e adequação do indivíduo aos valores promovidos pela Igreja e Estado (HAMILTON, 2001: 69).

Portanto, o Guia das Escolas Maristas não pode ser entendido de forma evolutiva, como sofisticação da *Ratio* ou da *Conduite*. O Instituto dos Irmãos Maristas insere-se em uma tradição de escolas confessionais católicas e buscou nas normativas consagradas e outros textos, as orientações que julgou adequadas à sua missão educativa e que estabelece como norma a formação do bom cidadão: varão, cristão, estudioso, silencioso.

É preciso lembrar que os estabelecimentos de ensino confessionais não estavam isolados das demais instituições educativas. As prescrições relacionam-se as tendências educacionais de sua época, conforme Assis (2013) identifica no Guia das Escolas Maristas, ao indicar o uso do método intuitivo e a preocupação com a educação dos sentidos.

Prêmios e castigos são elementos intrínsecos à história da escolarização, se fixaram na forma escolar como prática de longa tradição, sendo modelados e ressignificados, ao longo de quatro séculos. Essas práticas atravessaram as mudanças de modelos pedagógicos e a expansão da educação escolarizada; permaneceram no cotidiano das instituições de ensino e tornaram-se parte do que se entende por escola na modernidade.

Os atos de castigar e premiar passaram por mudanças de critérios, usos e representações. Variados objetos escolares foram utilizados para dar cabo às práticas (palmatória, varas, chicotes para castigar; medalhas, certificados, para premiar), reforçando valores e hábitos socialmente reconhecidos; e como práticas pedagógicas resistiram ao tempo no interior das escolas. O funcionamento dessas estratégias depende, além do vigor do código, de outros fatores: das dinâmicas de funcionamento da instituição ou as formas de organização de seus ritos; dos sujeitos em ação no interior das escolas, em meio às relações tensionadas, já que prêmios e castigos são ações que criam divisões sociais no seio das instituições; tem a ver com a orientação das propostas pedagógicas que vão se alterando ao longo do tempo.

Prêmios e castigos são como jogos de espelho, práticas opostas, que funcionam em correlação. A aplicação da recompensa relaciona-se à existência da punição, seu contrário dialético. Mas não são equivalentes. Apresentam finalidades e sentidos diferentes que se entrelaçam visando o ajustamento da comunidade aos objetivos pedagógicos da escola. Os registros dos critérios que estabelecem a diferenciação dos indivíduos, de modo a organizar e hierarquizar as ações que constituem o bom ou mau aluno cristão nos contam uma história de exercício de poder e submissão, e de como a competição foi prática escolar comum.

Os dois atos são ações crivadas na tradição curricular de escolas católicas. O estudo dos três regulamentos aponta dois comportamentos discentes que eram passíveis de correção. O primeiro colocava em risco a formação católica do aluno: não participação dos ritos, convívio com ideias que questionavam ou contrariavam a religião, e valorização da formação intelectual em detrimento das virtudes da fé. O segundo eram registros de uma personalidade insubmissa à instituição escolar: ausência de assiduidade, falta de empenho, desrespeito a hierarquia e caráter desordeiro.

Essas duas dimensões balizavam o regime estético que qualificava e formava um “bom católico”, este, percebido em diferentes ações que perpassam os três documentos: estudioso, silencioso, vigilante diante dos pares, temente a Deus. Os três documentos partilham da preocupação em destacar as virtudes cristãs e a formação de uma personalidade submissa às instituições e hierarquias, reforçando a educação como instrumento de propagação da fé e adequação do indivíduo aos valores promovidos pela Igreja.

A definição dos exercícios e conteúdos a serem acionados dignos de premiações ou punição por castigos nos revelam as habilidades, os conhecimentos e comportamentos valorizados e desvalorizados no contexto apresentado. É importante dizer que o valor fundante que baliza todo esse histórico, independentemente do tempo e da instituição, está em reconhecer nas boas ações, historicamente demarcadas por fronteiras movediças, a “presença de Deus”. O que significa dizer que nos currículos das escolas

católicas, a perpetuação do que é bom e mau diante Dele, acaba justificando a ideia de perenidade das missões evangelizadoras de caráter educacional.

Fontes

- Ratio Studiorum. (1999) **Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu** (tradução). La Universidade de Comillas. Madrid.
Disponível em
http://www.cerpe.org.ve/tl_files/Cerpe/contenido/documentos/Identidad%20Ignaciana%20-%20Modulo%20del%20DGS/PARTE_2_APOYO_2_RATIO_documento_oficial_1599.pdf
- La Salle, J.B. (1997) **Guía de las Escuelas Cristianas** (tradução). Asociación Editorial Stella. Lima.
- Guia das Escolas Maristas. (1994) “Guia das Escolas para o uso dos pequenos irmãos de Maria redigidos segundo as regras e as instruções do senhor Padre Champagnat fundador desse instituto”. Em: **2º Capitulo Geral (1852-1853-1854)** (tradução). Centro de Estudos Maristas. Belo Horizonte.

Referencias

- Assis, P. M. (2013) **A educação dos sentidos nas escolas Maristas e no Guide des Écoles**. Doutorado apresentado à Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.
- Biedermann, H. (1993) **Dicionário ilustrado de símbolos**. Companhia Melhoramentos. São Paulo.
- Borges, D. (2008) **Dai-me Almas e Ficai com o Resto: as práticas escolares do gymnasio São Joaquim de Lorena, para a formação do bom cristão e do honesto cidadão (1902-1928)**. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

- Cabral, M. (2002) **A invenção do aluno: a implantação do Primeiro Gymnasio da Capital, em São Paulo (1894-1917)**. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.
- Candido, R. (2007) **Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo.
- Castanha, A.(2009) “A prática dos castigos e prêmios na escola primária do século XIX: do legal ao real”. Revista Educação. Educere et Educare. v. 4, n.º 8, Cascável,246-259.
- Corsatto, M. (2007) **Princípios pedagógicos e administrativos de La Salle no Guia das Escolas Cristãs**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade São Marcos.
- Dalcin, T. (2005) **Os castigos corporais como práticas punitivas e disciplinadoras nas escolas isoladas do Paraná (1857-1882)**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- Dallabrida, N. (2001) **A fabricação das elites: O Ginásio Catarinense na Primeira Republica**. Cidade Futura. Florianópolis.
- Franca, L. (1952) **O Método Pedagógico dos Jesuítas: o “Ratio Studiorum”, introdução e tradução**. Livraria Agir Editora. Rio de Janeiro.
- Fin, M. (2008) “Atingir o Corpo e a Alma: Punições aos Professores e Alunos nas Províncias de Mato Grosso e Minas Gerais nas Reformas de 1854”. Em: V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju/SE.
- Foucault, M. (2002) **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Vozes. Petrópolis.
- Furet, J.B. (1999) **Vida de São Marcelino José Bento Champagnat**. Loyola. São Paulo.
- Hamilton, D. (2001) “Notas de Lugar Nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna” Revista Brasileira de História da Educação. Nº 1 (1), Campinas, 45- 73. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/274/282>

- Hilsdorf, M. e Vidal, D. (2001) **Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação**. Editora Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Isau, M. (1999) **As Escolas sob Regime de Internato e o Sistema Salesiano de Educação no Brasil**. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo.
- Julia, D. (2001) “A cultura escolar como objeto histórico” Revista Brasileira de História da Educação. Nº 1 (1), Campinas, 9-43.
Disponível em:
https://moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/122509/mod_resource/content/0/Leituras/Dominique_Julia.pdf
- Lemos, D. (2012) “Os Cinco Olhos do Diabo: os castigos corporais nas escolas do século XIX”. Em: Educação & Realidade. v. 37, n. 2, Porto Alegre, 627-646.
- Lima, A.. (1999) **De Como Ensinar o Aluno a Obedecer (um estudo dos discursos sobre disciplina escolas entre 1944 e 1965)**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo.
- Lorenset, O. (2011) **Em nome de Deus e das Elites: Dispositivos Disciplinares para a Distinção no Grupo Escolar Bom Pastor (1947-1961)**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual de Santa Catarina.
- Missão. (2000) **Missão educativa Marista: um projeto para o nosso tempo**. Secretariado Interprovincial Marista. São Paulo.
- Negrão, A. (2000) “Resenha: FRANCA, S.J., Leonel. O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum: Introdução e Tradução.” Revista Brasileira de Educação. Nº 14, Rio de Janeiro. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200010
- Pineau, P. “Como a noite engendra o dia e o dia engendra a noite: Revisando o vínculo da produção mutual entre escola e Modernidade”. Revista Pro-Posições. v. 19, n.º 3 (5), Campinas, 83-104.
- Pinãs, R. (2014) **Prêmio e castigo no Colégio Arquidiocesano de São Paulo (1908-1963)**. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

- Silva, F. (2008) **Projetando varões: o Ginásio Diocesano e a Educação Secundária Masculina da Serra Catarinense (1931-1942)**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina.
- Sousa, J. (2003) “Os jesuítas e a Ratio Studiorum. As raízes da formação de professores na Madeira”. *Islendas*, nº 32, Ilha da Madeira, 26-46.
- Souza, R. (2006) **...Não premiarás, não castigarás, não ralharás...: dispositivos disciplinares em grupos escolares de Belo Horizonte (1925 – 1955)**. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo.
- Souza, R. (1998) **Templos de civilização: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora Unesp.
- Tridapalli, A. (2006) **Bons cristãos e virtuosos cidadãos; cultura escolar Marista no Ginásio Aurora (1938-1945)**. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Estado de Santa Catarina.
- Varela, J. e Alvarez-Uria, F. (1991) **La maquinaria escolar**. Em: “Arqueologia de la escuela”. Las Ediciones de La Piqueta. Barcelona.
- Veiga, C. (2009) “Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos (1827-1927)”. *Revista Brasileira de História da Educação*. n.º 21, Brasília, 61-92.
- Vinão Frago, A. (1995) “Historia de la educación y historia cultural: Posibilidades, problemas, cuestiones”. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 0, Rio de Janeiro, 63-82. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINA0_FRAGO.pdf
- Vinão Frago, A. (2008) “La escuela y la escolaridad como objetos históricos: Facetas y problemas de la historia de la educación”. *História da Educação*. v. 12, Pelotas, 9-54.